Jornal da Manhã
Editais e Atos Oficiais
Data: 17/12/2025

ASSINADO DIGITALMENTE
RIO GRANDE ARTES GRAFICAS LTDA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

CCM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS S.A.

(b) Comentários sobre o ativo imobilizado: (i) Em 2018, a Companhia optou por avaliar os bens integrantes do imobilizado, para atribuição de novo custo *(deemed cost)*, conforme facultado pelo ICPC 10, sendo os valores apurados com base em laudo emitido por empresa especializada reapresentados na data-base 31 de dezembro de 2017, de forma retrospectiva. A realização (via depreciação ou baixa) da mais valia no exercício de 2022 foi de R$ 1.674 (2021 - R$ 1.650). (ii) Em 2021 e 2022 as adições ocorridas no grupo de Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais visaram a ampliação no processo de fabricação. (iii) O saldo de imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 representa, substancialmente, a aquisição de peças e montagem de duas máquinas para ampliação da produção de fralda adulta.

14. Intangível

	Marcas e patentes	Software	Total
Em 1º/01/2021	274	405	679
Adições	14	621	635
Amortizações		(171)	(171)
Saldos em 31/12/2021	288	855	1.143
Custo total	288	1.406	1.694
Amortização acumulada		(551)	(551)
Valor residual	288	855	1.143
Em 1º/01/2022	288	855	1.143
Adições	14	116	130
Baixas		(6)	(6)
Amortizações		(257)	(257)
Saldos em 31/12/ 2022	302	708	1.010
Custo total	302	1.522	1.824
Amortização acumulada		(814)	(814)
Valor residual	302	708	1.010
Taxas anuais médias de amortização - %		20%	

15. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores no País (i)	94.481	93.075
Fornecedores no Exterior (ii)	32.127	25.249
	126.608	118.324

(i) O saldo de fornecedores refere-se, substancialmente, a aquisições de matéria-prima para industrialização. (ii) A aquisição de matéria-prima por meio de importação advém da qualidade dos produtos e pelas melhores condições comerciais. A Companhia possui saldos em aberto com fornecedores localizados na Argentina, Uruguai, Itália e Estados Unidos da América, todos indexados ao dólar estadunidense. Assim, em 31 de dezembro de 2022 o referido saldo corresponde a US$ 6.158 mil (2021 - US$ 4.525 mil).

16. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição dos saldos por modalidade

Modalidade	Encargos financeiros incidentes ao ano	2022	2021
Em moeda nacional			
• Capital de giro	Juros de 100% do CDI + 2% (2021 - Juros de 120% do CDI + 4%)	23.558	52.751
• Finame	Juros de 2,55% + Selic (2021 - Juros de 3%)	52.076	959
		75.634	53.710
Em moeda estrangeira			
• FINIMP	Juros de 5,38% + Variação cambial (2021 - Juros de 2,88% + Variação cambial)	124.623	134.165
• Resolução 4131	Juros 4,6% + Variação cambial (2021 - Juros de 3,26% + Variação cambial)	37.048	26.905
		161.671	161.070
Total		237.305	214.780
Passivo circulante		(159.402)	(134.959)
Não circulante		77.903	79.821

(b) Movimentação dos saldos

	2022	2021
Saldos no inicio do exercício	214.780	176.310
Ingressos de novos empréstimos e financiamentos	377.409	91.493
Provisão de juros	16.943	7.345
IOF/Variação cambial	(14.126)	10.163
Amortizações de empréstimos e financiamentos - principal	(344.456)	(61.488)
Pagamentos de juros	(13.245)	(9.043)
Saldos no final no exercício	237.305	214.780

(c) Saldos não circulantes, por ano de vencimento, e garantias

As parcelas de longo prazo possuem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2022	2021
2023		47.153
2024	19.745	18.940
2025	25.172	11.228
2026	19.473	2.500
2027	13.513	
	77.903	79.821

Em garantia desses empréstimos e financiamentos foram oferecidos notas promissórias e avais dos sócios acionistas. ***(d) Covenants:*** A Companhia possui obrigações especiais e cláusulas restritivas financeiras e não financeiras em determinados contratos mantidos com instituições financeiras, cujos descumprimentos poderão levar o agente fiduciário a declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do valor nominal devidamente atualizado. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não descumpriu nenhuma cláusula restritiva.

17. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2022	2021
Provisão para férias e encargos	2.069	1.519
Salários e ordenados a pagar	577	519
INSS a recolher	485	487
FGTS a recolher	102	132
Outras	87	51
	3.320	2.708

18. Tributos a recolher e parcelados

	2022	2021
Parcelamentos a recolher (i)	3.349	4.503
ICMS e ICMS ST a recolher	3.282	3.603
IRPJ/CSLL a recolher	1.155	
IR retido na fonte a recolher	107	100
PIS e COFINS a recolher	46	156
ISS retido a recolher	20	24
IPI a recolher	15	20
	7.974	8.406
Circulante	(5.130)	(5.056)
Não circulante	2.844	3.350

(i) Os parcelamentos estaduais referem-se ao ICMS e ICMS ST, não recolhidos em tempo hábil e ou com o recolhimento a menor, à época.

19. Comissões a pagar: São comissões de vendas a pagar, as quais são provisionadas à medida que são reconhecidas as receitas. Os pagamentos serão efetuados de acordo com o recebimento das vendas. Os eventuais valores bonificados aos clientes são descontados da comissão do representante na mesma proporção que a bonificação representou da venda. **20. Provisão para contingências:** A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências de natureza trabalhista, previdenciária, tributária e cível. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos. A provisão constituída corresponde a riscos trabalhistas, cíveis e tributários, totalizando em 31 de dezembro de 2022 o montante de R$ 512 (2021 - R$ 580). As contingências classificadas como perda possível não são reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estas contingências não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por contingências trabalhistas no montante estimado de R$ 1.038, compostas, basicamente, por 5 processos.

21. Imposto de renda e contribuição social

(a) Saldos

	2022	2021
No passivo não circulante		
Créditos diferidos		
Tributos sobre diferenças temporárias oriundas de:		
• Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	(11.769)	(11.769)
• Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	(880)	(5.520)
• Provisão para comissões (Nota 19)	(655)	(503)
• Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(463)	(258)
• Contingência trabalhistas e cíveis (Nota 20)	(174)	(197)
	(13.941)	(18.247)
Débitos diferidos		
Tributos sobre diferenças temporárias oriundas de:		
• Mais-valia de custo atribuído ao imobilizado	15.192	15.703
• Diferença entre a depreciação fiscal e societária	9.352	7.368
• Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	1.381	2.409
• Variação cambial - Fornecedores	54	287
• Variação cambial - Importações em Andamento		41
	25.979	25.808
	12.038	7.561

(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	2022		2021	
	Imp. de renda	Contrib. social	Imp. de renda	Contrib. social
Lucro antes do I.R. e da contribuição social	44.160	44.160	12.622	12.622
Alíquota máxima	25%	9%	25%	9%
	(11.040)	(3.974)	(3.156)	(1.136)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
• Despesas indedutíveis e outras, líquidas	(935)	(322)	(507)	(189)
Crédito de incentivos fiscais - ICMS - Nota 22(d)	8.030	2.891	7.062	2.542
Distribuição de dividendos (i)	(580)	(209)	(2.280)	(820)
Créditos de prejuízo fiscal, não registrados no ano, e outros	372	134	595	216
Tributos no resultado	(4.153)	(1.481)	1.714	613

(i) Os dividendos distribuídos não seriam tributados; contudo, como foram utilizados lucros que seriam parte da reserva para subvenção de incentivos fiscais (Nota 22 (d)), o valor correspondente foi oferecido à tributação conforme preconizado pela legislação vigente. Adicionalmente, do total distribuído no exercício, R$ 11.442, parte já havia sido oferecido à tributação em 2021 em função de adiantamentos realizados naquele ano.

22. Patrimônio líquido. (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 59.809.810 ações ordinárias, sem valor nominal, está assim representado:

	Ações	%
Cleber Aparecido Ribeiro	25.419.168	42,50%
Carlos Alberto Mafra Terra	15.700.075	26,25%
Consolação Gouart Terra	15.700.075	26,25%
Neidivar Goulart Terra	1.495.246	2,50%
Leila Maria Cunha Terra	1.495.246	2,50%
	59.809.810	100,00%

(b) Ajustes de avaliação patrimonial: Corresponde a mais-valia de custo atribuído sobre determinados bens do ativo imobilizado como descrito na Nota 13. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, e são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens, e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica de Lucros ou Prejuízos acumulados. **(c) Distribuição de lucros:** De acordo com o estatuto social, do lucro líquido do exercício, após as deduções de prejuízos acumulados, serão destinados: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; e (ii) O restante terá destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, desde que tenha sido distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 30%. **(d) Incentivos fiscais - Regime Especial para o ICMS (MG):** A Companhia é beneficiária de regime especial para apuração do ICMS - Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços para suas operações no estado de Minas Gerais. No referido regime, o ICMS é destacado e registrado contabilmente sobre as vendas de forma convencional, conforme alíquotas definidas pela legislação fiscal. Entretanto, para a apuração da alíquota efetiva que será recolhida, no âmbito do regime especial, a Companhia calcula 2% dos valores das vendas para os produtos industrializados no estado de Minas Gerais e 3% dos valores das revendas provenientes de produtos industrializados por encomenda, realizadas por terceiros, estabelecidos no país e desde que produzindo mercadorias com a marca da CCM. O ICMS relativo as eventuais devoluções de vendas entram como crédito no limite de 2% ou 3%, respectivamente, sobre o valor devolvido. Assim, a diferença entre o imposto destacado nas notas fiscais de venda e o imposto efetivo, calculado no âmbito do regime especial, representa a subvenção obtida pela Companhia no período. Adicionalmente, em função do regime especial da Companhia, seus fornecedores sediados no estado de Minas Gerais emitem as correspondentes notas fiscais sem destaque de ICMS; assim, nas compras de insumos, o ICMS é diferido. Para os casos de aquisições de fornecedores fora do estado, o crédito destacado é recuperado e contabilizado; contudo, apenas a parcela proporcional as vendas não enquadradas no regime especial é aproveitada, sendo o montante excedente baixado para o resultado para abater o valor da subvenção do período. O montante líquido da subvenção apurada no exercício social de 2022 foi de R$ 32.120 (2021 - R$ 28.247), o qual é registrado no resultado do exercício como "Receita líquida" (Nota 24). Adicionalmente, com a compensação do saldo de prejuízos acumulados a Companhia passará a constituir reserva de incentivos fiscais, limitada ao montante das subvenções já percebidas. **23. Resultado por ação:** O lucro líquido básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos sócios acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações durante o exercício.

	2022	2021
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	38.526	14.949
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias no exercício	59.809.810	59.809.810
Resultado básico por ação		
Lucro líquido básico e diluído por ações - R$	0,64	0,25

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com o efeito diluidor sobre o lucro por ação.

24. Receita líquida

	2022	2021
Receita		
Venda de produtos no mercado interno	577.074	513.458
Venda de produtos no mercado externo	3.238	2.888
	580.312	516.346
(-) Deduções das vendas		
ICMS	(79.812)	(74.995)
Incentivos fiscais - Regime especial para o ICMS (MG) - (i)	32.120	28.247
COFINS	(32.993)	(29.190)
PIS	(7.183)	(6.377)
Devoluções de clientes (ii)	(16.940)	(3.532)
IPI	(492)	(146)
	(105.300)	(85.993)
Receita líquida	475.012	430.353

(i) Saldo representado por valores referentes à redução da base de cálculo do ICMS. (ii) O aumento do saldo dessa rubrica em relação ao exercício anterior corresponde a substituição das embalagens de determinados produtos recém-lançados.

25. Custos, por natureza

	2022	2021
Matérias primas e embalagens	(557.180)	(569.986)
Salários e encargos sociais	(22.682)	(21.247)
Água e energia elétrica	(9.756)	(9.021)
Depreciação e amortização	(8.700)	(8.656)
Material de uso e consumo	(3.789)	(3.392)
Prestação de serviços de terceiros	(3.446)	(3.283)
Fretes e carretos	(2.079)	(1.887)
Custos com manutenção e reparo	(75)	(118)
Custos com aluguel	(173)	(200)
Custos com viagens e estadias	(77)	(172)
Treinamentos e atualizações profissionais	(118)	(113)
Impostos e taxas	(37)	(96)
Custos com comunicações	(56)	(67)
Custos com informática	(34)	(45)
Combustível e lubrificantes	(24)	(14)
Outros custos	(95)	(24)
Total dos custos de produção	(608.321)	(618.321)
Transferência para estoques de produtos em elaboração	106.769	114.109
Transferência para estoques de produtos acabados	188.863	202.233
Custo dos produtos vendidos	(312.689)	(301.979)

26. Despesas, por natureza

	2022	2021
Fretes e carretos	(41.455)	(32.464)
Brindes, amostras e bonificações	(24.733)	(14.686)
Comissões sobre vendas	(8.223)	(9.431)
Salários e encargos sociais	(10.264)	(8.512)
Prestação de serviços de terceiros	(5.071)	(6.551)
Promoções, propagandas e publicidades	(3.213)	(3.286)
Depreciação e amortização	(1.624)	(1.358)
Royalties	(1.504)	(1.736)
Material de uso e consumo	(916)	(848)
Despesas com viagens e estadias	(691)	(657)
Constituição de provisão para perda com clientes	(668)	(64)
Despesas com aluguel	(507)	(754)
Impostos e taxas	(496)	(2.890)
Combustível e lubrificantes	(358)	(201)
Despesas com comunicações	(328)	(335)
Despesas com manutenção e reparo	(312)	(410)
Treinamentos e atualizações profissionais	(165)	(248)
Despesas com seguros	(158)	(152)
Despesas com informática	(27)	(49)
Água e energia elétrica	(12)	(22)
Resultado na baixa e alienação de bens do imobilizado	217	6
Reversão (constituição) de provisão para contingências	69	(71)
Outras receitas (despesas), líquidas	392	(23)
	(100.047)	(84.742)
Classificados como:		
Despesas com vendas	(82.513)	(63.906)
Despesas gerais e administrativas	(18.709)	(21.584)
Outras receitas, líquidas	1.175	748
	(100.047)	(84.742)

27. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras decorrentes de:		
Ganhos com operações de SWAP	6.313	6.433
Descontos obtidos	1.135	380
Juros ativos	684	250
Rendimentos de aplicações financeiras	3.718	974
	11.850	8.037
Despesas financeiras decorrentes de:		
Descontos concedidos	(14.573)	(16.369)
Juros sobre financiamento	(16.943)	(7.345)
Perdas com operações de SWAP	(9.633)	(4.316)
Juros passivos	(4.422)	(1.204)
IOF	(24)	(302)
Despesas bancárias	(677)	(157)
IOF sobre empréstimos e financiamentos	(427)	(1)
	(46.699)	(29.694)
Variação cambial, líquida	15.520	(9.353)
Resultado financeiro	(19.329)	(31.010)

28. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras; consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2022, a posição pode ser assim sumariada:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante máximo de cobertura
Transporte de cargas	Sacrifício de avaria grossa e despesas de salvamento, despesas que o segurado venha a ser obrigado a pagar ao transportador e despesas de remessa	350
Veículos	Colisão, incêndio, roubo e furto	Valor de mercado
	Danos corporais	700
	Danos materiais	250
	Danos morais e estéticos	75
Garantia Financeira	Seguro de garantia financeira referente a eventuais prejuízos que possa sofrer em consequência da falta de pagamentos	714
Edificações	Incêndio, raio e explosão	120.000
	Perda de Lucro Bruto	40.000
	Vendaval e fumaça	5.000
	Danos elétricos	800
	Danos em equipamentos eletrônicos	400
	Roubo e/ou furto qualificado	150
	Responsabilidade cível - operações	150
	Equipamentos móveis com tração própria	50
	Tumultos, greves e *lock-out*	20
	Despesas com reposição de registros e documentos	12

RODRIGO ZERBINI DE ARAÚJO - DIRETOR PRESIDENTE

CONTADOR: CARLOS AUGUSTO CAMPOS E SILVA - CRC: MG 119067/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis S.A. (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CCM Indústria e Comércio de Produtos Descartáveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto (SP), 25 de abril de 2023

ValorUp Auditores Independentes - CRC 2SP028585/O-0 "S" MG

André Luiz Corrêa - Contador CRC 1SP198337/O-2 "S" MG